



Coordenadores
Reynaldo Soares da Fonseca
Daniel Castro Gomes da Costa

**DIREITO
REGULATÓRIO**
Desafios e perspectivas para
a Administração Pública

Prefácio
Luiz Fux

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO; DIREITO REGULATÓRIO.

Público-alvo/consumidores
ADVOGADOS E PROFISSIONAIS DA
ÁREA JURÍDICA VOLTADA AO DIREITO
ADMINISTRATIVO (ÓRGÃOS DE CONTROLE
E REGULAÇÃO); PROFISSIONAIS DA
ÁREA DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA; MEMBROS DA MAGISTRATURA
E MINISTÉRIO PÚBLICO; ESTUDANTES DE
DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

“A densidade acadêmico-intelectual deste livro é uma marca que certamente impressionará o leitor, com especial menção à originalidade de seus artigos ao abordarem variados tópicos atinentes à atuação da Administração Pública e ao agir do Estado-regulador. Trata-se de compilação ousada, pioneira e multidisciplinar, que, ao longo de seus diversos capítulos, elucida soluções perspectivas, críticas e problematizações de temas como: (i) regime de contratações públicas; (ii) segurança jurídica no âmbito regulatório; (iii) economia comportamental; (iv) contratos administrativos; (v) agências reguladoras; (vi) proteção de dados pessoais; (vii) controle judicial da Administração Pública; (viii) concorrência; (ix) regulação de novas tecnologias; (x) meio ambiente; (xi) arbitragem; e assim em diante.”

Ministro Luiz Fux

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10001667

D598 Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública / Reynaldo Soares da Fonseca, Daniel Castro Gomes da Costa (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

525 p.; 17cm x 24cm

ISBN: 978-85-450-0719-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Regulatório. I. Fonseca, Reynaldo Soares da. II. Costa, Daniel Castro Gomes da. III. Título.

CDD: 341.3782

CDU: 346.5:65

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, Reynaldo Soares da; COSTA, Daniel Castro Gomes da (Coord.). *Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 525 p. ISBN 978-85-450-0719-7.

Reynaldo Soares da Fonseca é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Pós-doutorando em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e de cursos de extensão na Università degli Studi di Siena – Itália.

Daniel Castro Gomes da Costa é Advogado. Pós-doutorando em Direitos Humanos e Democracia na Universidade de Coimbra com pesquisa na Harvard Law School. Mestre e doutor em Direito. Juiz titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Pesquisador associado ao Centro de Estudos de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro da Comissão de Assuntos Regulatórios do Conselho Federal da OAB.

<p>PREFÁCIO</p>	
<p>Luiz Fux.....</p>	<p>17</p>
<p>REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM ÂMBITO FINANCEIRO</p>	
<p>Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca, Leonardo Campos Soares da Fonseca.....</p>	
	<p>19</p>
1	<p>Introdução 19</p>
2	<p>Trajatória institucional de controle ao endividamento dos Estados Federados 20</p>
3	<p>Estado de calamidade financeira e seus efeitos jurídicos nas esferas administrativa e financeira 26</p>
4	<p>Conclusões 32</p>
	<p>Referências..... 35</p>
<p>OS IMPACTOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</p>	
<p>Daniel Castro Gomes da Costa.....</p>	
	<p>37</p>
1	<p>Introdução 37</p>
2	<p>Contratações públicas no Brasil 39</p>
3	<p>Lei Anticorrupção..... 41</p>
3.1	<p>Aspectos sancionatórios 42</p>
3.2	<p>Questões atinentes à prevenção e à cooperação 44</p>
4	<p>A Lei Anticorrupção como instrumento de combate à corrupção 47</p>
4.1	<p>Prováveis dificuldades nas disposições da lei 47</p>
4.2	<p>Aplicação da Lei Anticorrupção 50</p>
5	<p>Conclusão 51</p>
	<p>Referências..... 52</p>
<p>JUSTIÇA E SEGURANÇA NORMATIVA À LUZ DE APERFEIÇOAMENTOS NO PROCESSO REGULATÓRIO</p>	
<p>Luiz Edson Fachin, Fernando Quadros da Silva.....</p>	
	<p>55</p>
1	<p>Os impactos na atividade regulatória: a nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a Lei nº 13.848, de 26 de junho de 2019..... 55</p>
2	<p>Regulação por agências e a amplitude de seu controle pelo Judiciário 56</p>
3	<p>Aperfeiçoamento no processo decisório das agências..... 60</p>
4	<p>A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e possíveis efeitos na atuação regulatória 63</p>
4.1	<p>A Nova LINDB e seu reflexo na interpretação dos atos do Poder Público 64</p>
4.2	<p>O dever judicial de fundamentar e ponderar os efeitos das decisões 66</p>
5	<p>Algumas conclusões 66</p>
	<p>Referências..... 67</p>
<p>REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DOS CONSUMIDORES EM CONTRAPOSIÇÃO AO CONCEITO DE USUÁRIOS</p>	
<p>Humberto Martins.....</p>	
	<p>69</p>
1	<p>Introdução 69</p>
2	<p>O Direito das Telecomunicações como construção doutrinária 71</p>
3	<p>A relação do Direito das Telecomunicações com o Direito do Consumidor..... 75</p>
4	<p>A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a afirmação do usuário de telecomunicações como consumidor..... 78</p>
4.1	<p>O Direito do Consumidor e o detalhamento do PIS e da COFINS nas faturas de serviços telecomunicações 79</p>
4.2	<p>A legitimidade passiva, ou não, da ANATEL e a legalidade da assinatura básica ... 81</p>

5	Conclusão: a reestruturação da Agência Nacional de Telecomunicações e o reconhecimento do conceito de consumidor em detrimento do conceito de usuário	85
	Referências.....	86

REGULAÇÃO E “*NUDGE*”: COMO A ECONOMIA COMPORTAMENTAL (BEHAVIORAL ECONOMICS) PODE INFLUENCIAR POLÍTICAS REGULATÓRIAS?

	Luiz Fux, Gabriel Campos Soares da Fonseca	89
1	Introdução	89
2	<i>Behavioral economics</i> : origens e desenvolvimento.....	91
2.1	Contextualização histórica.....	91
2.2	Definição conceitual.....	95
3	<i>Nudge</i> , arquitetura de escolhas e o paternalismo libertário: perspectivas da economia comportamental para a regulação	96
3.1	<i>Nudge</i> e paternalismo libertário	97
3.2	Regulação, arquitetura de escolhas e economia comportamental	98
3.3	Regras padrão (<i>default rules</i>) e inércia: dois exemplos	101
4	Considerações finais	102
	Referências.....	104

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE MÉTODO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM RAZÃO DO CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: BREVE ESTUDO ENVOLVENDO AS UHE DE JAGUARÁ, MIRANDA E SÃO SIMÃO

	Mauro Luiz Campbell Marques	107
1	Introdução	107
2	Conceito de arbitragem	109
3	A arbitragem no setor público.....	110
4	As esferas pública e privada no Estado Regulador.....	112
5	Os limites da arbitragem em contrato administrativo: o caso CEMIG	114
6	A Câmara de Mediação e Arbitragem da Administração Federal: arbitragem ou arbitramento?.....	116
7	Conclusão	118
	Referências.....	119

PERFIL CONSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

	Ives Gandra da Silva Martins	121
1	Introdução	121
2	Previsão constitucional taxativa e o poder normativo.....	121
3	Da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel	122
4	Da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.....	126
5	Conclusão	130

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: REGULAÇÃO

	Paulo Dias de Moura Ribeiro	133
1	Apresentação	133
2	Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	133
3	Desafios da Lei Geral de Proteção de Dados	134
4	Os direitos da personalidade precisam ser protegidos	134
5	As revoluções, a cidadania e a personalidade	135
6	Conclusão	136
	Referências.....	136

AGÊNCIAS REGULADORAS: NOTAS SOBRE OS CONTORNOS E OS LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA NO ÂMBITO DA REGULAÇÃO SANITÁRIA

	Rosa Maria Pires Weber	139
1	Introdução	139

2	Regulação setorial e competência normativa.....	140
3	Regulação e regulamentação: distinções necessárias.....	143
4	O princípio da legalidade na regulação setorial.....	144
5	Limites materiais do poder normativo.....	146
6	A cláusula constitucional do direito à saúde.....	150
7	Uma palavra final sobre a restrição de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito.....	154
	Referências.....	154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E A TRANSPARÊNCIA NA NOVA LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: O PRESTÍGIO À BOA ADMINISTRAÇÃO

	Sérgio Silveira Banhos	157
1	Notas de introdução.....	157
2	Boa administração, participação da sociedade e transparência.....	158
3	As soluções trazidas pela novel legislação.....	166
4	Conclusão.....	168
	Referências.....	168

INTERVENÇÃO JUDICIAL E POLÍTICAS REGULATÓRIAS: POR UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

	Pedro Felipe de Oliveira Santos, Gabriel Campos Soares da Fonseca	171
1	Introdução.....	171
2	O Estado regulador e a construção de uma Administração Pública complexa.....	173
3	Intervenções judiciais em políticas regulatórias.....	177
4	Considerações finais.....	184
	Referências.....	184

REGULAÇÃO ESTATAL E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE DE INOVAÇÃO

	Vítor Monteiro	189
1	Introdução.....	189
2	Inovação e regulação da inovação.....	190
3	Atividade econômica, regulação e inovação.....	190
4	Os estímulos da regulação e a atividade de inovação.....	192
4.1	É possível que a regulação promova a inovação?.....	193
4.2	Programa “Legislar Melhor” da União Europeia e a promoção da inovação pela regulação.....	196
5	Conclusão.....	200
	Referências.....	201

A MODIFICAÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E A COMPETÊNCIA REGULATÓRIA DA ANEEL

	Marçal Justen Filho	203
1	Os contratos de compra e venda de energia elétrica.....	203
1.1	O exercício da autonomia de vontade.....	204
1.2	A regulação exacerbada: o “ambiente regulado”.....	204
1.2.1	Ainda o princípio da legalidade.....	204
1.2.2	A autonomia privada na fixação do preço da energia.....	204
2	A problemática da contratação excessiva pela distribuidora.....	204
2.1	O dever de contratação suficiente.....	204
2.1.1	A variação da demanda efetiva.....	205
2.1.2	A questão da sobrecontratação.....	205
2.2	A distribuição dos custos.....	205
2.2.1	A inviabilidade da atribuição exclusiva ao agente de distribuição.....	205
2.2.2	A inviabilidade da atribuição exclusiva aos consumidores.....	206
2.2.3	A solução regulatória: a limitação do repasse à tarifa.....	206
2.2.4	A eventual sobrecontratação superior a 105%.....	206
3	O poder-dever de redução dos quantitativos.....	207

3.1	Ainda a autonomia da vontade dos agentes privados	207
3.1.1	O interesse direto do agente de distribuição.....	207
3.1.2	O interesse dos consumidores.....	207
3.1.3	Ainda a relevância transcendente do bem jurídico.....	207
4	A intervenção regulatória da ANEEL	208
5	O primeiro problema fundamental: a legalidade.....	208
5.1	A regulação estatal e a legalidade.....	208
5.1.1	A afirmação da competência estatal regulatória	209
5.1.2	A preservação da exigência da legalidade	209
5.1.3	A competência normativa das agências reguladoras.....	209
5.1.4	A competência subordinada à previsão legislativa.....	209
5.2	O argumento da competência normativa da ANEEL	210
5.2.1	As limitações constitucionais à competência infralegislativa	210
5.2.2	A existência de um “princípio da normatividade”	210
5.2.3	Ainda a democracia	211
5.2.4	Ainda a segurança jurídica	211
5.2.5	Ainda a isonomia	212
6	O obstáculo da natureza consensual do contrato.....	212
6.1	A contratação e seus efeitos vinculantes.....	212
6.2	A natureza bilateral do contrato e da alteração contratual.....	212
6.3	A inviabilidade da escolha unilateral do agente de distribuição.....	212
6.4	A legitimidade da oposição dos vendedores	212
6.5	O entendimento da ANEEL e seus efeitos concretos	213
6.5.1	Ainda a autonomia privada.....	213
6.5.2	Ainda o dever de redução da contratação excessiva	213
6.5.3	Ainda a exigência de concordância do vendedor.....	213
6.6	Síntese	213
7	A questão do registro e da aprovação de contratos	214
7.1	A situação anterior: a distinção entre registro e aprovação	214
7.1.1	A REN 323/2008.....	214
7.1.2	A REN 783/2017.....	215
7.2	O conteúdo jurídico da distinção: a competência administrativa.....	215
7.2.1	A aprovação	215
7.2.2	O registro.....	215
7.3	A posição jurídica dos particulares	216
7.3.1	O registro e a suficiência da vontade privada.....	216
7.3.2	A aprovação e a insuficiência da vontade privada.....	216
7.3.3	Síntese	216
7.4	A aplicação retroativa da REN 783/2017.....	217
7.4.1	A determinação do art. 23 da REN 783/2017.....	217
7.4.2	A rejeição à aprovação de aditivos de redução de quantitativos.....	217
7.5	Ainda a vedação à irretroatividade da norma posterior	217
7.5.1	A aplicação a normas infralegais	217
7.5.2	A tutela constitucional à segurança jurídica	218
7.6	Efeito imediato e efeito retroativo da norma superveniente	218
7.6.1	A preservação dos efeitos dos atos pretéritos	218
7.6.2	A aplicação da norma contemporânea.....	218
7.7	O descabimento da tese inovação meramente procedimental	219
7.7.1	A questão do efeito imediato das normas sobre procedimento.....	219
7.7.2	Os atos processuais perfeitos e os direitos processuais adquiridos.....	219
7.7.3	A tese jurídica indefensável.....	220
7.8	A disciplina dos contratos de comercialização de energia.....	220
7.8.1	A competência regulatória estatal	220
7.8.2	A alteração superveniente da regulação.....	220
8	Conclusões	221
	Referências.....	221

REGULAÇÃO JURÍDICA DE ATIVIDADE PÚBLICO-ADMINISTRATIVA

Benedito Gonçalves, Ana Lucia Pretto Pereira	223
1 Regulação: apontamentos conceituais	223
1.1 Regulação jurídica da atividade econômica	223
1.2 Regulação jurídica da atividade público-administrativa	225
1.3 Regulação estatal judicial.....	226
2 Regulação jurídica de atividade público-administrativa e o papel do Superior Tribunal de Justiça	227
2.1 Apontamentos preliminares.....	227
2.2 Regulação jurídica e o Superior Tribunal de Justiça	228
Referências.....	236

A REGULAÇÃO DA ECONOMIA COLABORATIVA PELA UNIÃO EUROPEIA

Nuno Cunha Rodrigues	239
1 Precisão terminológica	239
2 A atividade exercida por plataformas colaborativas	240
3 A regulação de plataformas colaborativas pela União Europeia	245
4 A aplicação do Direito da Concorrência às plataformas colaborativas	248
5 Conclusões	251
Referências.....	252

REGULAÇÃO E POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Gabriel Wedy	255
1 Introdução	255
2 Regulação e Política Nacional do Meio Ambiente	255
3 Órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	257
4 Dever de implementação ambiental por outros órgãos e entidades da Administração Pública e o papel das agências reguladoras.....	258
5 Conselho Nacional do Meio Ambiente: composição, funções e poder normativo....	260
6 Órgãos executores, seccionais e locais	262
7 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	264
8 Regulação ambiental e poder de polícia ambiental	264
9 Taxa de controle e fiscalização ambiental.....	267
10 Conclusão.....	269
Referências.....	269

ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS E O PAPEL DA ANATEL NA PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Alexandre Santos de Aragão	271
1 O poder regulatório outorgado à ANATEL e a proteção da concorrência	271
2 Consequências da natureza de ato administrativo regulatório.....	276
3 Preferência às soluções inter partes	279
Referências.....	281

REGULAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS. UM ENSAIO SOBRE ANTIGOS IMPASSES E DESAFIOS ATUAIS

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho	285
1 Introdução	285
2 Regulação e (novas) tecnologias: contexto	286
3 Impasses	288
3.1 Fundamento da ação administrativa: o Estado ou a pessoa?	288
3.2 Como regular aplicando a lei?.....	290
3.3 O processo de tomada de decisão interessa ao Direito?.....	292
3.4 Entre o agir unilateral e o diálogo – qual técnica é a mais eficiente para estimular/ dobrar a vontade humana em torno de pautas relevantes para o coletivo?.....	295
3.5 Potenciais conflitos de competência entre os entes da federação: da prerrogativa à função.....	297

4	Regulação e novas tecnologias: desafios.....	298
5	Conclusão.....	301
	Referências.....	302

ARBITRAGEM EM QUESTÕES REGULATÓRIAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

	Octávio Fragata M. de Barros, Patrícia Regina Pinheiro Sampaio.....	307
1	Introdução.....	307
2	Nem tudo o que reluz é ouro: nem tudo o que se pretende “arbitragem” efetivamente o é.....	309
3	O que são controvérsias passíveis de resolução por arbitragem em questões regulatórias.....	314
4	O princípio da publicidade e a tensão com privacidade das informações.....	319
5	Conclusão.....	322
	Referências.....	323

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

	Fernando Dias Menezes de Almeida, Karlin Olbertz Niebuhr, Guilherme F. Dias Reisdorfer.....	325
1	Introdução.....	325
2	A questão terminológica.....	326
3	Ainda a questão terminológica: regulamentação.....	328
4	Regulação no ordenamento jurídico brasileiro.....	329
4.1	Constituição Federal, art. 174.....	330
4.2	Constituição Federal, art. 21, XI e art. 177, §2º, III.....	331
4.3	Leis de criação das agências reguladoras.....	333
4.4	A legislação a partir de 2005 (a Lei de Saneamento).....	335
5	Regulação na visão da doutrina.....	337
5.1	Doutrina brasileira até o ano de 2005.....	337
5.2	A doutrina brasileira após 2005.....	343
6	Conclusão.....	346

REGULAÇÃO ESTATAL DA ECONOMIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 787/2017 DA ANEEL

	Carolina Caiado Lima Rodrigues.....	349
1	Introdução.....	349
2	Regulação estatal da economia.....	350
3	A governança corporativa e sua interface com o Direito Administrativo.....	354
4	Análise da Resolução 787.....	358
5	Conclusão.....	361
	Referências.....	362

A LEGITIMIDADE DO PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

	Néviton Guedes.....	365
1	Introdução.....	365
2	As agências reguladoras e a separação de poderes.....	365
3	Problemas de legitimidade das agências reguladoras e a separação de poderes.....	368
4	O princípio da legalidade e a legitimação das agências reguladoras.....	371
5	Caso brasileiro.....	374
	Referências.....	377

REGULAÇÃO PREVENTIVA E PLANEJAMENTO REGULATÓRIO

	Aline Bertolin.....	379
1	Introdução.....	379
2	Serviços de interesse geral, polícia administrativa, plano econômico e regulação ...	381
3	O moderno planejamento econômico sob os auspícios do direito & desenvolvimento.....	383

4	Regulação: função do Estado e missão do Poder Público	385
5	Regulação preventiva	387
6	Considerações finais	389
	Referências.....	390

FINTECHS (LUZ PARA OS DESBANCARIZADOS) E O DESAFIO DE UMA REGULAÇÃO INCLUSIVA

	Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Ludmilla Rocha Cunha Ribeiro	393
1	As rupturas dos últimos 30 anos.....	393
2	Inovações no campo econômico.....	394
3	As brechas de legalidade e as pressões regulatórias.....	395
4	Os riscos regulatórios	396
5	Regular é preciso?	397
6	Como regular as <i>fintechs</i> ?	398
	Referências.....	399

A REGULAÇÃO NA ERA DIGITAL: PRESSUPOSTOS E DIVERGÊNCIAS NO BRASIL

	André Ramos Tavares	401
1	Notas introdutórias.....	401
2	Desenvolvimento e tecnologia	404
3	O papel da revolução tecnológica em economias atrasadas.....	405
4	Ambiente jurídico propício à inovação	407
5	A divergência centro-periferia no viés normativo da economia digital	410
6	O “uso subdesenvolvido de tecnologias desenvolvidas”	412
7	A tecnologia tutelada e a liberdade tecnológica na Constituição de 1988.....	413
7.1	Mercado interno brasileiro com autonomia tecnológica.....	415
7.2	A livre-iniciativa tecnológica.....	416
7.3	Uso de tecnologia e seus diversos mercados	417
8	Conclusões	419
	Referências.....	419

TEMAS DE DIREITO DE ENERGIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO

	Kassio Nunes Marques	421
1	Introdução	421
2	Temas de relevância apreciados na Terceira Seção do TRF1	421
3	Temas controversos referentes à geração, transmissão e comercialização de energia.....	423
3.1	Redução do Generation Scaling Factor – GSF em 5% – 1ª Geração.....	423
3.2	A blindagem do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – 2ª Geração.....	427
3.3	Blindagem no Mercado de Curto Prazo – MCP – 3ª geração	429
3.4	A tese da proporcionalidade no pagamento dos créditos no MCP – 4ª geração	430
4	Outros temas afetos ao Sistema Nacional de Energia.....	431
4.1	Mercado cativo de energia elétrica e venda em submercados diversos	431
5	Processo civil – conciliação, mediação e arbitragem – utilização efetiva na solução de conflitos de interesse de elevado nível de complexidade	434
6	Efeito multiplicador das decisões judiciais – aplicação dos princípios da análise econômica do direito	436
7	Considerações finais	439

É O MOMENTO DE REGULAR O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO?

	Fernanda de Carvalho Lage, Fabiano Hartmann Peixoto	441
1	Inteligência artificial e Poder Judiciário.....	441
2	A questão da regulação do uso da inteligência artificial no Poder Judiciário	445
3	Considerações finais	451
	Referências.....	451

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E O CONTROLE DA ATIVIDADE
REGULATÓRIA

Flávio Garcia Cabral	455
1 Introdução	455
2 O Tribunal de Contas da União como órgão de controle.....	456
2.1 A posição do TCU frente aos poderes estatais.....	459
2.2 A função de controle do TCU como função administrativa	461
3 A atividade regulatória no Brasil.....	465
4 O controle pelo TCU e a regulação: é possível o controle finalístico?.....	466
5 Conclusões	472
Referências.....	473

A (NECESSÁRIA) DESPOLITIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	477
1 Problematização	477
2 O mito da neutralidade política da decisão administrativa.....	477
3 Impessoalidade administrativa como ação e como organização administrativa	480
4 Impessoalidade administrativa e agências reguladoras.....	484
5 Considerações finais	487
Referências.....	489

A GOVERNANÇA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA PROPOSTA PARA O
CASO DE VACÂNCIA

Bruno Dantas, Valdecyr Maciel Gomes	491
1 Introdução	491
2 As atribuições do TCU	492
3 Componentes essenciais da governança.....	496
4 Os resultados dos trabalhos de fiscalização do TCU nas agências.....	497
4.1 Estratégia organizacional.....	497
4.2 Autonomia decisória.....	498
4.3 A estabilidade da diretoria	499
4.4 Conflito de interesse	502
4.5 A transparência.....	503
4.6 Política de gestão de riscos	504
4.7 Análise do impacto regulatório.....	504
4.8 A autonomia financeira das agências.....	505
5 Parecer do TCU sobre a governança das agências	505
6 Conclusão: uma proposta para o caso de vacância	506
Referências.....	507

LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS ENTIDADES DE REGULAÇÃO:
BALIZAMENTOS CONSTITUCIONAIS E A ÓPTICA DO SUPREMO

Marco Aurélio Mello	509
Referências.....	520

SOBRE OS AUTORES	521
-------------------------------	-----